



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2017/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de Resolução que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes de Ministérios e Secretarias da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (COREH).

1. Histórico

1.1. A minuta de Resolução em questão foi proposta pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no intuito de compatibilizar a documentação exigida tanto na Resolução CNRH nº 106, de 26 de março de 2010, quanto na Resolução CNRH nº 159, de 23 de setembro de 2014. Por ocasião desta revisão, outros ajustes nos textos também foram sugeridos.

1.2. A **Resolução CNRH nº 106/2010** institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter, em banco de dados, registro de organizações civis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no CNRH. A **Resolução CNRH nº 159/2014** define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no CNRH.

1.3. Como a Resolução nº 106 (COREH) estabelece que “as organizações registradas no COREH estarão automaticamente habilitadas a participar das assembleias destinadas a escolher as entidades representantes do segmento Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no CNRH”, faz necessária essa compatibilização de documentos, uma vez que a Resolução nº 159/2014 exige documentação distinta.

2. Análise/Síntese das discussões

2.1. Na 139ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), realizada nos dias 24 e 25/05/2017, o documento base com a proposta de Resolução foi apresentada.

2.2. Nesta ocasião, a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH, informou as motivações para se compatibilizar e atualizar as Resoluções CNRH nº 106/2010 e nº 159/2014. Apresentou uma tabela comparativa dos documentos exigidos pelas duas deliberações, ressaltando que alguns prazos e documentações eram diferenciados.

2.3. Ao longo da 139ª reunião da CTIL, os procedimentos e requisitos para inscrição no COREH e habilitação para participar das assembleias foram debatidos, item por item, quando foram incluídas as modificações sugeridas, todas por consenso. Ficou como ponto

de destaque o § 2º do art. 6, que propunha uma lista de Organizações Não Governamentais que não são passíveis de representação no CNRH.

2.4. Na 140ª Reunião da CTIL, em 30 e 31 de setembro corrente, deu-se continuidade à análise da proposta. Ocasão em que o referido parágrafo foi discutido em profundidade. Dentre os questionamentos foi o critério para a escolha das instituições e, principalmente, se elas se enquadrariam como ONGs. Sobre estes pontos não houve consenso possível.

2.5. O representante da Organização Civil, Sr. Gustavo Gazinelli, questionou, também, o § 1º do art. 5, abaixo reproduzido:

“Para efeito desta Resolução, são Organizações Não Governamentais as que tenham como objetivo principal, nos seus estatutos e por intermédio de suas atividades, pelo menos uma das referidas atividades citadas neste artigo”.

2.6. Segundo ele, estava havendo uma excessiva regulamentação para as ONGs. Solicitou, assim, que o § 1º fosse excluído.

2.7. Após debates e não havendo consenso neste dois pontos de destaque, o presidente da CTIL colocou em votação duas propostas de encaminhamento: (I) excluir o § 2º do art. 6; (II) excluir o § 2º do art. 6 e o § 1º do art. 5. A maioria dos presentes manifestou pela exclusão de ambos os parágrafos. Sendo assim, realizou-se os ajustes nos artigos 5 e 6, que passaram a ter parágrafo único.

2.8. Com essas alterações a proposta final aprovada pela CTIL ficou estruturada em 25 (vinte e cinco artigos). Nos artigos 1º ao 17º são apresentados os procedimentos para a indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e de Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A instituição e funcionamento do Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos são apresentados nos artigos 18º ao 23º.

2.9. Acompanha essa proposta o Anexo 1 – Formulário de Inscrição para Habilitação dos Usuários e Organizações Civis no CNRH e Anexo 2 - Formulário para Cadastramento no Cadastro Nacional de Organizações de Recursos Hídricos.

2.10. Diante exposto, enfatiza-se a importância da aprovação desta norma, uma vez orientará o processo das assembleias para o próximo mandato do CNRH, que ocorrerá em 2019.

3. Conclusão

3.1. Com a conclusão da análise legal e institucional, a proposta de resolução foi aprovada. A CTIL submete a matéria para apreciação e deliberação do Plenário do CNRH.

Este é o parecer.


SÉRGIO GONÇALVES
Presidente da CTIL

Em, 12 de setembro de 2017.